



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 256 -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e oito, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e secretariada pela Primeira Secretária Senhora Lúcia Filipe Seabra e pelo Segundo Secretário Senhor João Paulo Teixeira Branco, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA); -----

----- Ponto dois: Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de 2007, bem como apreciação do respectivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA; -----

----- Ponto três: Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de 2007, bem como apreciação do respectivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA; -----

----- Ponto quatro: Apresentação, discussão e votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de 2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA; -----

----- Ponto cinco: Apresentação, discussão e votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referente ao exercício de 2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA; -----

----- Ponto seis: Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia, de adesão do Município à Associação Plataforma para a Construção Sustentável, subscrevendo cinco unidades de participação, no valor total de € 2.500,00, de acordo com o estabelecido na alínea l) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA; -----

----- Ponto sete: Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia de reconhecimento do interesse para colmatar correctamente o tecido do aglomerado urbano existente, nos termos do n.º 3 do art.º 6.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Anadia, em nome de Raul Abrantes Lincho. -----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas quinze horas e vinte e cinco minutos. -----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM): -----

- • José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro – GM do PSD; -----
- • Fernando Morais da Silva – GM do PSD; -----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PSD; -----
 - • Lúgia Filipe Seabra – GM do PSD; -----
 - • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – GM do PS; -----
 - • José Veloso Bernardino Gonçalves – GM do PSD; -----
 - • Daniel José Pinto Meira – GM do PS; -----
 - • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PSD; -----
 - • João Paulo Teixeira Branco – GM do PSD; -----
 - • Álvaro Gonçalves Marques Pereira – GM do PS; -----
 - • Jaquelina Soares dos Santos – GM do PSD; -----
 - • António Manuel Gomes Rosmaninho da Fonseca – GM do PSD; -----
 - • João Alves Morais – GM da CDU; -----
 - • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PSD; -----
 - • António Manuel da Costa Faria Cavadas – GM do CDS-PP; -----
 - • Anabela de Seabra Santos – GM do PSD; -----
 - • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PSD. -----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PSD - PJF da Amoreira da Gândara; -----
 - • Arménio de Almeida Cerca – GM do PSD – PJF de Ancas; -----
 - • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PSD - PJF de Arcos; -----
 - • Armando Henriques Pereira – GM do PSD – PJF de Avelãs de Cima; -----
 - • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores; -----
 - • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PSD – PJF da Moita; -----
 - • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PSD – PJF de Óis do Bairro; --
 - • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PSD – PJF de Paredes do Bairro; -----
 - • Sérgio Soares Aidos – GM do PSD – PJF de Sangalhos; -----
 - • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PSD – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
 - • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PSD – PJF de Tamengos; -----
 - • António Manuel Pereira Duarte – GM do PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
 - • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PSD – PJF de Vilarinho do Bairro. -----
- Não compareceram à sessão e não solicitaram a sua substituição os Senhores Deputados, dos indicados GM: -----
- • Áurea de Oliveira Mendes – GM do PS; -----
 - • Acácio da Conceição Maças – GM do PS; -----
 - • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PSD – PJF de Avelãs de Caminho.
- Não compareceu à sessão mas solicitou a sua substituição, nos termos do art.º 11.º do RAMA, aceite pela Mesa da Assembleia, o seguinte Senhor Deputado, do indicado GM: -----
- • António Augusto da Conceição Pereira da Silva – GM do PSD – substituído por Jennifer Nunes Pereira. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não compareceu à sessão mas solicitou a sua substituição, nos termos do art.º 16.º do RAMA, aceite pela Mesa da Assembleia, o seguinte Senhor Deputado e PJF, do indicado GM: ----

----- • Vítor Manuel da Piedade Timóteo – GM do PSD – PJF de Aguim – substituído por António Lopes Fernandes Sério. -----

----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros: -----

----- • Litério Augusto Marques – PSD – Presidente; -----

----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PSD - Vereadora e Vice-Presidente; -----

----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador; -----

----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PSD – Vereador; -----

----- • Jorge António Tavares de São José – PSD – Vereador; -----

----- • Rui António de Almeida Marinha – PS – Vereador. -----

----- Do executivo camarário não compareceu à sessão o seguinte membro: -----

----- • Aníbal José Franco Ferreira – PSD - Vereador. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no início do período de antes da ordem do dia (PAOD) informou o Plenário dos pedidos de substituição apresentados. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a acta número duzentos e cinquenta, referente à sessão extraordinária de trinta de Novembro de dois mil e sete, que tinha sido retirada no decorrer da anterior sessão ordinária por haver necessidade de proceder a algumas alterações, e a qual tinha sido previamente distribuída aos Senhores Deputados Municipais nos termos do n.º 2 do art.º 51.º do RAMA. Não tendo havido intervenções, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com vinte e um votos a favor, zero votos contra e quatro abstenções. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a acta número duzentos e cinquenta e três, da sessão ordinária realizada no dia vinte e nove de Fevereiro de dois mil e oito, a qual já tinha sido previamente distribuída aos Senhores Deputados Municipais em conformidade com o n.º 2 do art.º 51.º do RAMA. Não tendo havido intervenções, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor, zero votos contra e três abstenções. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à discussão da acta número duzentos e cinquenta e quatro, da sessão extraordinária realizada em quinze de Março do ano em curso, que também tinha sido previamente disponibilizada aos Senhores Deputados Municipais, de acordo com o n.º 2 do art.º 51.º do RAMA. Não se tendo registado intervenções, procedeu-se à votação da acta em questão, que foi aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e três abstenções. -----

----- Terminadas as discussões e as votações das actas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no período de intervenções do PAOD. Não tendo havido inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o ponto por encerrado. -----

----- Consequentemente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu entrada ao período da ordem do dia, com a indicação do seu primeiro ponto: "Apreciação da Informação do



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)”, após o que concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir o ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu não ter muito a dizer, dado que a documentação distribuída falava de toda a actividade da Câmara Municipal, no período a que respeitava, tendo-se disponibilizado para responder, dentro do possível, a todas as questões que viessem a ser colocadas pelos Senhores Deputados. -----

----- Aberto o período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que passou a apresentar um tema que disse ser recorrente, por resultar do que considerava ser um incumprimento de uma promessa feita à Assembleia Municipal e a ele próprio, em particular, na sessão de Fevereiro, que era a questão da desactivação da ETAR de Mogofores, que iria acontecer no espaço de um mês. Volvidos que estavam dois meses e não tendo a ETAR sido desactivada, referiu que o assunto dava razão à expressão da sua dúvida, ainda que a tivesse protelado em favor da confiança que tinha na promessa do Senhor Presidente da Câmara. No seguimento do que já tinha dito, reforçou que, em sua opinião, tal situação resultava de algum mau planeamento, ainda que não soubesse em quem residia a culpa desse mau planeamento, na medida em que existem técnicas de gestão de projecto que os engenheiros da Câmara conhecem perfeitamente e que podem levar as obras a uma sequência normal e lógica e não a constantes interrupções, por estar uma fase feita e a outra ainda nem sequer ter sido prevista ou nem sequer ter sido contratada. Portanto, concluiu existirem, de facto, métodos que permitiam evitar que tal acontecesse e que era uma pena que não estivesse a acontecer, lamentando, também, ser essa efectivamente a única constatação que poderiam tirar da ocorrência. Para terminar, colocou uma outra questão, relativamente à poupança da água, à situação das condutas e à eventual necessidade de uma revisão de fundo das mesmas para evitar um consumo excessivo de água, um bem cada vez mais escasso e muito caro. -----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por referir que o Senhor Deputado deveria estar preocupado em tentar saber a razão que esteve na base do incumprimento da promessa, adiantando, também, que tinha passado um mês e não dois como tinha referido. Referiu, também, que contrariamente ao que o Senhor Deputado tinha dito, não havia qualquer fase para fazer, estava tudo feito, faltando, apenas, ligar, mas entidades como a Certiel, que regulamentam as ligações, impõem certas exigências que tornam tudo mais complicado. Disse que o Governo apregoa o “Simplex”, mas que depois é o mesmo Governo a arranjar várias complicações, explicando que não podia ligar a instalação sem a vistoria da Certiel, adiantando, no entanto, que faltava sempre qualquer coisa e que a Câmara nem nunca sabia o que estava em falta. Esclareceu, então, ser esse um dos grandes problemas, mas não deixou de desculpar a Câmara, ainda que também não a pudesse culpar, na medida em que exactamente no emissário que Malaposta - Avelãs de Caminho, tinha havido uma qualquer anomalia no serviço



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que fez com que o empreiteiro tivesse amolgado a conduta, o que não permitia a passagem suficiente do efluente, encontrando-se lá as máquinas há aproximadamente quinze dias para proceder ao restauro dessa conduta. Tudo isso, explicou, porque a Câmara Municipal não se dispunha a ligar o emissário de uma forma precipitada para mais tarde trazer problemas, quando a obra está, ainda, sob a responsabilidade do empreiteiro, que era quem tinha criado o problema e teria de repor os dois tubos que amolgou. Adiantou também ser verdade que o empreiteiro apresentava desculpas porque, precisamente quando estava para começar aconteceu uma enchente que elevou o nível freático, criando problemas, uma vez que a correcção era para ser executada a cerca de cinco metros de profundidade. Assim, referiu que logo que o tubo estivesse rectificadado e a Certiel desse o visto, os serviços a ligariam de imediato. Quanto à poupança da água, informou que existiam muitas roturas em casas particulares, onde há muita forma de poupar água, e segundo disse “a melhor maneira de poupar é não a gastar”. Quanto a roturas na rede pública mencionou que a Câmara Municipal até vai tendo alguma atenção, criando regulamentos especiais para minimizar os prejuízos causados por esse tipo de roturas. Como a rede pública tem quilómetros e quilómetros debaixo de terra, explicou que não seria possível poder saber onde ela vai rebentar. E se rebentar, garantiu que o piquete de serviço estará adequadamente e prontamente no local para resolver esse tipo de situações. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que começou por dizer que o Senhor Presidente da Câmara tinha uma possibilidade que normalmente não existia noutros ambientes, que era o facto de que, normalmente, quem chefia um projecto costuma dizer que o que está abaixo dele é que tem a culpa que as coisas não andem. Nessa perspectiva, referiu que o Senhor Presidente da Câmara tinha felizmente a possibilidade e a vantagem de dizer que era quem está acima de si que impedia o andamento das coisas. Continuando, disse que desculpas todos podem sempre arranjar porque as há para tudo e disse que também havia imprevistos e que os imprevistos não podiam ser planeados, mas podiam ser considerados. Mas a verdade era que efectivamente as coisas não estavam resolvidas porque efectivamente o planeamento, se existe, falha, situação que o Senhor Presidente da Câmara não consegue negar. Disse ainda que, o Senhor Presidente da Câmara estava a assumir as dores, mas que não o deveria fazer, pois como chefe, só tem que exigir que as coisas se cumpram, e é quem tem que fazer com que os seus serviços, ou os serviços que estão incumbidos de realizar as obras, as executem e as executem nos prazos. Quanto à sugestão relativa à água, mencionou que “se calhar não daqui a dez, mas daqui a quinze, vinte ou trinta anos, começamos todos a meter as mãos na cabeça” e a dizer que a água não chega. Referiu tratar-se de uma questão de preocupação mais para o futuro do que para o presente, talvez até a curto ou a médio prazo. Mas de qualquer modo, referiu tratar-se de uma preocupação que todos devem ter e, se calhar, a começar, era melhor ser de imediato antes que efectivamente as coisas atinjam uma situação tal que se tornem praticamente impossíveis de recuperar. No entanto, disse que ainda que não fosse um técnico



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de hidráulica, considerava que existiam soluções para despistar as fugas de água, que pensa haver, se elas forem de algum volume, que não são só de roturas, mas antes de ligações mal feitas, deficientes, tudo o que pode influenciar uma excessiva perda de água mas que possa eventualmente ser recuperado. -----

----- Para voltar a responder ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por dizer que no ano em curso não tinha grandes preocupações em termos de água, mesmo com as crises que entretanto apareceram, porque tinha sido um ano pródigo nesse aspecto, ainda que não tenha garantias de que o ano seguinte venha a ser igual, para além de que as populações não se queixam. Relativamente às rupturas, esclareceu que a perda não é assim tão significativa, na medida em que a água resultante dessas rupturas permanece no concelho, não se perde, mas adiantou, no entanto, que tem sido uma preocupação diária da Câmara Municipal manter as redes em bom estado de conservação, sendo que, para tal, tem dispendido muito dinheiro em recuperações e renovações de redes, tendo dado como exemplo o caso de Mogofores onde existiam inúmeras rupturas e onde os Serviços têm procedido à recuperação da rede. Informou, então, o Senhor Deputado de que os Serviços estavam atentos a esse tipo de situações e que iriam recuperar a rede em todos os locais onde verificarem que as rupturas se tornam incontroláveis, porque tudo era convenientemente planeado. No entanto, não deixou de admitir que o planeamento também pode falhar, não por ser mal planeado, mas por existirem imponderáveis. Referiu, também, que podia dizer, quase com toda a certeza e se o tempo não agravasse, que brevemente estaria tudo ligado na Estação Elevatória de Avelãs de Caminho, porque estava tudo feito, ainda que não estivesse funcional, pelas razões amplamente explicadas, nomeadamente leis que não se adaptam à realidade existente no País. -----

----- Decorrido o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) que, aproveitando o tema da água em discussão e, considerando o facto de ter sido interpelado no sentido de solicitar esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara sobre a questão do excesso de desinfetante verificado na água que chega a Sangalhos, prejudicial à saúde e aos próprios electrodomésticos, relembrou que já uma vez tinha interpelado o Senhor Presidente da Câmara no sentido de remeter em anexo à factura do consumo mensal de água as respectivas análises. Referiu, também, que uma vez que no plano para dois mil e sete não tinha sido feita qualquer referência à substituição dos tubos de amianto que conduzem a água no concelho, especificamente na freguesia de Sangalhos, e tendo em conta o índice de doenças que presentemente afecta uma grande maioria da população de Sangalhos, a CDU iria brevemente apresentar um estudo de análise das águas, pelo que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara pudesse esclarecer alguma questão referente à substituição dos tubos, visto que estavam num quadro de renovação dos mesmos, através de fundos comunitários. Considerando tratar-se de um assunto muito importante para todos os munícipes do concelho, pediu que o mesmo fosse tomado em conta. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para responder à interpelação do Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que voltou a referir que poderia existir excesso de cloro num ou noutro ponto da rede, o que tem por origem diversas situações, nomeadamente o facto do cloro que circula na canalização, que é inserido à saída dos depósitos e nos locais chamados locais de ponta, poder, por pouco consumo ou outras razões, condicionar, numa ou noutra situação e acontecer algo que seja incómodo, mas não prejudicial para a saúde por não estar em quantidades que possam contribuir para tal. Relativamente à sugestão do envio das análises junto com a factura da água, informou o Senhor Deputado de que iria ver se seria possível, e permitido por lei, disponibilizar o resultado das águas para consumo, bem como das termais, na página da Câmara Municipal na Internet. No entanto, informou que qualquer Senhor Deputado que estivesse interessado em consultar as análises das águas o poderia fazer junto dos responsáveis por esse serviço, onde estão todas arquivadas. Entretanto, referiu que com todas as alterações, esperava que o Governo encontrasse uma forma de obrigar todos os Municípios a remeter na factura informação relativa ao teor, à qualidade e ao que o consumo efectuado pelo consumidor, criando uma lei que defina, precisamente, que o consumidor obtenha essa informação no seu recibo de pagamento. Quanto aos tubos de amianto, começou por informar não se tratar de um problema exclusivo da Câmara Municipal de Anadia. Esclareceu, entretanto, que sempre que a Câmara Municipal realiza intervenções nas estradas do concelho, tem tido o cuidado de proceder à substituição da tubagem e, referindo-se particularmente a Sangalhos, lembrou que tinha sido feita a substituição da tubagem aquando da correcção da estrada principal, pelo que Sangalhos, felizmente, era uma das localidades do concelho que já não tinha esse problema. No entanto, não deixou de recordar que a lei ainda não determinava a retirada desse tipo de tubagem, para além de que, obviamente, era necessário haver meios financeiros para o fazer, adiantando a informação ao Senhor Deputado de que os fundos comunitários a que o Senhor Deputado se tinha referido, em termos de água e saneamento, iriam ser bastante exíguos. Informou, também, que ainda nem sequer estavam abertas as candidaturas para saneamento, mas que também o que interessava não era a sua abertura, mas o montante que seria disponibilizado para elas. Também não deixou de lembrar o Senhor Deputado de que era uma intervenção muito dispendiosa porque não se limita à abertura do rasgo, garantindo que a Câmara Municipal estava atenta ao financiamento que provavelmente o Governo iria facultar, tendo em conta o acréscimo de despesa que essas intervenções trazem aos Municípios. Falando de Anadia, em particular, informou que, até então, tem vindo a proceder a essas substituições sempre que faz intervenções nas estradas, como em Anadia e Sangalhos, garantindo, no entanto, que em termos de rede havia já muito pouco nesse tipo de material. Lembrou, ainda, que as grandes condutas de abastecimento de água das captações da Autarquia tinham muitos anos de existência, e que na altura não havia outro material, mas referiu, também, não estar provado, de forma directa, que a tubagem crie esses problemas. De qualquer forma,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

informou que a Câmara Municipal estava decidida a concretizar esse trabalho, caso tenha dinheiro e verbas para o fazer. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que perguntou ao Senhor Presidente da Câmara de quem era a responsabilidade de tratar do assunto das casas pré-fabricadas existentes junto ao recinto da feira, na Moita, na medida em que tinha lido na comunicação social que essas casas iriam ser vendidas e que o Senhor Presidente da Câmara, nessa mesma comunicação ao jornal, tinha dito que seria um assunto a ser tratado pelo Vereador do pelouro. Mas, como posteriormente leu a resposta do Vereador desse pelouro a dizer que nada podia fazer, porque seria o Instituto Nacional de Habitação, ou um qualquer instituto a nível nacional, gostaria de saber de quem era essa responsabilidade. -----

---- Ainda que tendo alertado o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) para o facto da questão fugir, um pouco, da essência do tema em discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. O Senhor Presidente da Câmara informou o Senhor Deputado que já tinha apresentado o assunto em reunião do Executivo Municipal, tendo adiantado, no entanto, tratar-se de um assunto de difícil resolução, de uma daquelas "heranças envenenadas". Informou, também, não se tratar do Instituto Nacional de Habitação, mas sim de uma instituição que legou essas casa às chamadas "famílias dos retornados", as pessoas que regressaram de Angola e Moçambique e lá se instalaram. Continuando, explicou que as referidas casas foram implantadas em terreno baldio, que pertence ao povo, povo esse que hoje reclama mas que deveria ter reclamado na altura, e não o fez, sendo que presentemente estão lá as casas e as pessoas e a Câmara não vende porque não é proprietária das casas. Portanto, explicou tratar-se de um assunto tão complexo que não foi resolvido ao longo dos anos. Admitindo não saber como poderá ser resolvido, informou que tinha sido solicitado um parecer, "a quem de direito", para uma eventual solução, parecer esse que informou ainda não ter chegado. No entanto, disse não saber se esse parecer irá dar a possibilidade de resolver uma questão que a lei não resolve, na medida em que a Câmara Municipal não pode licenciar, não pode vender, não pode alienar, não pode doar, enfim, nada pode fazer porque as casas estão num território que não reúne as condições legais para ser legalizada. Nesse âmbito, considerou que terá de ser encontrada uma solução para a questão, que pensa passar por uma solução política, nomeadamente um despacho governamental que determine o que é necessário fazer, até porque o caso de Anadia não é um caso isolado e o Executivo não pode assumir algo em desconformidade com os preceitos legais. -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que referiu que, tratando-se de casas que não são propriedade da Câmara, como o Senhor Presidente da Câmara afirmou, estranhava o facto das mesmas fazerem parte do património da Câmara Municipal no documento que foi enviado aos Deputados Municipais. Nessa medida, referiu ser essa a questão. Se as casas



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazem parte do património, a Câmara Municipal tem poderes absolutos para fazer o que entender, se ao invés não fazem parte do património, não podem constar do documento. -----

----- Para responder ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal devolveu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que as casas, legalmente, não são propriedade da Câmara Municipal por não estarem registadas em seu nome, mas acrescentou que, enquanto houver essa indefinição, aquele património existe no concelho o qual, de acordo com a lei, não pode ficar omissa, pelo que a Câmara Municipal o assume até que a situação se venha a resolver. Acrescentou, também, que a Câmara Municipal entendeu colocar isso no seu património para protecção desses espaços e, naturalmente, para protecção daqueles que neles vivem. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que, relativamente à resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara à questão levantada pelo Senhor Deputado João Morais (CDU), perguntou se as análises eram efectuadas na origem ou no final da linha, ou melhor, dos ramais. Referiu, entretanto, que lhe parecia que a água, por vezes, não se encontra nas melhores condições para consumo. Considerando que o facto das análises serem enviadas juntamente com a factura, isso lhe parecia irrelevante, até porque muitas pessoas nem saberão interpretá-las, disse que para o tranquilizar, bastar-lhe-ia que o Senhor Presidente da Câmara lhe assegurasse, e à Assembleia Municipal, que a água sempre esteve, ou tem estado, nas melhores condições para consumo. -----

----- Para responder ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que, de acordo com as análises que a Câmara Municipal tinha em seu poder, nunca tinha havido qualquer problema na água. No entanto, admitiu que como felizmente na principal fonte de abastecimento, a Fonte da Azenha, junto do Quartel do Bombeiros, existe muita água, era evidente que a Câmara Municipal não procura alternativas a não ser uns cinco/dez por cento em certas alturas, por comodidade de distribuição dos furos que possui em Levira, na zona do campo de futebol, entre Banhos, Azenha e Levira, onde tem aí as tais nascentes das quais aproveita cinco ou dez por cento. Mas, entretanto, referiu que com o tipo de captação que era feita, não se lhe afigurava que pudesse haver qualquer alteração, até porque já há bastantes anos que as análises eram feitas sem que tivesse acontecido um caso de água menos própria para beber, com excepção de uma ruptura verificada há largos anos numas Caves, que despejou água para uma vala que fica perto dos furos, na altura de verão, que provocou alguns efeitos, e as pessoas ao regarem com essa água notavam, um cheiro estranho, que se veio a verificar ser proveniente daquela fonte de onde o regadio tirava a água, ruptura essa que foi rapidamente sanada. Para terminar, garantiu ao Senhor Deputado que, tendo conhecimento de qualquer anomalia, será o primeiro, porque entende o valor da saúde pública, a tomar as medidas adequadas para que a mesma não seja posta em perigo, sendo que tinha estado



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devidamente tranquilo, precisamente pelos resultados, que estavam à disposição dos Senhores Deputados. -----

----- Decorrido o último esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto um da ordem do dia, passando, de imediato, a indicar o ponto dois da mesma:” Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de 2007, bem como apreciação do respectivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA”, após o que concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir o ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que as contas, uma vez mais, espelhavam a forma como o Município de Anadia tem gerido o seu dinheiro, admitindo que naturalmente muitos se questionariam porque motivo essas contas não têm uma execução como seria desejável para alguns e, portanto questionam-se o porquê do saldo apresentado. Explicou, então, que na gestão de qualquer entidade, instituição ou outra, o gestor responsável tem de fazer opções, ou decide gastar todo o dinheiro ou só aquele que exactamente é rentável, que é preciso, só aquele que cria a sustentação dessa mesma entidade ou instituição. Nesse sentido, informou que a opção do Município não tinha sido a de gastar por gastar, mas ficar na expectativa do que virá, ainda que não saiba o que vem e, precisamente por não saber, tem de estar pronto a acomodar o financiamento necessário para não ser surpreendido, concluindo ter sido essa a opção que levou ao tipo de contas que estava para discussão dos Senhores Deputados. Explicou, ainda, que na administração directa, e isso via-se perfeitamente no saneamento, que era todo feito por administração directa, se via em percentagem o que se fazia, bastando mais uma pequena obra para se atingir os setenta ou oitenta por cento. Como não se teve e não se arriscou, esse foi o resultado das contas. Para terminar, referiu tratar-se de um documento complexo, pelo que compreendia perfeitamente que em termos descritivos fosse um documento de algumas complexidades de análise mas que, na verdade, dava resposta àquilo que tinha sido o desenvolvimento económico do concelho, sustentado por um financiamento que também foi muito pequeno, acabando por se disponibilizar para responder a todas as questões que lhe viessem a ser colocadas. -----

----- Introduzido o ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que aquando da recepção dos documentos lhe tinha suscitado uma dúvida, a qual foi devidamente esclarecida pelos serviços, relacionada com a questão da consolidação de contas, que a Lei das Finanças Locais (LFL) prevê, no seu artigo quarenta e seis, e que entrava em vigor no dia um de Janeiro de dois mil e sete, e que em sua opinião poderia abranger a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados. Contudo, e para que não fossem levantadas questões sobre esta matéria pelos Senhores Deputados, esclareceu que o artigo quarenta e dois, no seu número dois, menciona que esses procedimentos contabilísticos teriam de ser feitos com base no POCAL, mas a verdade era que o POCAL, entretanto, se mantinha praticamente como tinha sido criado pela primeira vez com uma pequena alteração, não tendo procedimentos para



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consolidação de contas. Após a aprovação da LFL, que aconteceu há mais de um ano, a consolidação de contas, no âmbito do POCAL, continua por regulamentar. E por isso é que a Câmara Municipal não apresenta contas consolidadas. -----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que começou por referir que o Senhor Presidente da Câmara, com a sua introdução, de certa maneira, procurou antecipar alguma explicação a críticas previsíveis acerca do documento das contas do ano de dois mil e sete, adiantando, no entanto, que ficava sempre na mesma, apesar das desculpas que o Senhor Presidente da Câmara tinha arranjado para uma baixa taxa de execução, nomeadamente nas receitas de capital e, sobretudo, nas despesas de capital que traduzem aquilo que são os investimentos que a Câmara Municipal promove e que é o futuro do concelho que a Câmara está a defender, mal ou bem. Referiu, então, que pelas explicações do Senhor Presidente da Câmara, os Deputados do GM do PS corroboravam a ideia de que não valia a pena acreditar muito nos orçamentos que são apresentados na Assembleia Municipal. Não valia a pena porque não eram para cumprir. E, portanto, já no ano anterior, já há dois anos, a taxa de execução das despesas orçamentadas, das despesas de capital, era de 49 por cento. Como este ano era de 42 por cento, ou seja, ainda pior, referiu terem acontecido duas coisas para que assim fosse. Por um lado, o orçamento não era sério, não era para acreditar, e por outro lado, a execução ficou muito aquém, muito abaixo daquilo que devia ser. Recordando a explicação que o Senhor Presidente da Câmara tinha dado acerca da questão do mau cheiro da ETAR de Mogofores, recorrendo a uma promessa feita num jornal de Fevereiro - o Jornal da Bairrada - que a ETAR seria desactivada no espaço de trinta dias, constatou já terem passado sessenta dias e a resposta do Senhor Presidente da Câmara foi que faltava sempre qualquer coisa. Perante essa resposta, disse que, então, nesse caso, era preciso ter cuidado com as promessas que se fazem. Repetindo uma frase que tinha dito no ano anterior, no comentário e na crítica que tinha feito às contas apresentadas sobre o ano dois mil e seis, que mesmo até velhas bandeiras da maioria do PSD no concelho de Anadia, como a Biblioteca, o Mercado e o Cine-Teatro, se assiste a inaugurações sucessivamente marcadas e sucessivamente adiadas, tendo então concluído que este ano tinham de dizer o mesmo. Recordou que o Senhor Presidente da Câmara tinha dado uma entrevista há dois meses, em Fevereiro, na qual tornava a fazer promessas a respeito dessas obras, que não estão a ser cumpridas, portanto, concluiu que só o Senhor Presidente da Câmara é que podia ser responsável por aquilo que prometia, cabendo à oposição a responsabilidade de denunciar, em nome dos interesses do concelho, quando não se trabalha bem e quando não se cumprem as promessas. Até porque, referiu que nem sequer se tratava de uma questão de falta de dinheiro, porquanto o Senhor Presidente da Câmara tem brio nas suas contas, a Câmara de Anadia não está falida, tem uma capacidade de endividamento para mais, se for preciso e, como se constatou em Dezembro, a propósito da aprovação do orçamento, tinha havido aumento das transferências do Estado, tanto na parte corrente como na parte de capital, portanto não era por falta de dinheiro. Continuando, esclareceu que não



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

queriam que a Câmara de Anadia gaste mal o dinheiro, nada disso. Queriam, sim, que se pense bem nas necessidades do concelho, e que são muitas as carências estruturais do concelho, que se faça orçamentos sérios, para serem levados a sério, orçamentos rigorosos para essas necessidades, e que se cumpra e faça cumprir bem aquilo que está prometido. Porque, não havia dúvida, na opinião do GM do PS, que o concelho tinha muitas falhas estruturais e que já não valia a pena repetir o velho chavão do saneamento, nem o Senhor Presidente da Câmara podia dizer, como sempre fazia, que estava tudo montado, estava quase tudo concluído. Até porque o que interessa é que esteja ao serviço da população, que esteja a funcionar. O Senhor Deputado referiu, para concluir, que o concelho de Anadia é pouco competitivo, não está a atrair empresas, está a perdê-las, não está a atrair emprego, está a perdê-lo, está a perder gente que vai para concelhos vizinhos que têm trabalhado melhor do ponto de vista da captação das empresas, o que também é um facto, e portanto, necessidades é o que menos falta. Portanto, apelou a ideias, a projectos, a dinamismo, que considera ser aquilo que não tem sido visto na maioria PSD, pelo menos, nos anos que tem testemunhado, mais de perto, o que tem acontecido no concelho. Concluiu, mesmo, que o tinha a convicção de que a maioria do PSD do concelho de Anadia estava esgotada, sem ideias, sem projectos, e que era certo que o concelho de Anadia precisa de futuro como os outros concelhos vizinhos e concorrentes, que vão a andar, e vão a andar mais depressa. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) que começou por dizer que a política é uma questão extraordinariamente interessante, até porque dá às pessoas a possibilidade de olhar para o que está à sua frente com os óculos que querem ver, sendo que, às vezes, os óculos não as deixam ver. Ironizou com as palavras de quem o antecedeu no uso da palavra, dizendo que o PSD está caduco, e que na realidade no concelho de Anadia não se faz nada. Entretanto, chamou a atenção para uma questão, para uma falsidade que o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) tinha referido, no dia vinte e cinco de Abril, quando disse ter havido, entre o Ministério da Educação e os professores um acordo, porque esse acordo nunca existiu, tendo havido, apenas, um critério de intenções, ainda que os professores continuem a batalhar por esses acordos. E disse ter chamado essa questão, apenas para lhe dizer que na realidade cada um via a política conforme os olhos que a via. Dizer que o concelho de Anadia está parado no tempo, como era repetido, ano após ano, Assembleia Municipal após Assembleia Municipal, pelos Deputados do PS, era uma atitude de quem queria atirar areia para os olhos de alguém ou, então, efectivamente de quem vive muito longe do concelho e não conhece, sequer, a realidade do concelho. Reconhecendo que efectivamente se podia fazer muito mais, referiu, no entanto, que muitas vezes o fazer muito mais não depende exclusivamente de quem na realidade está no terreno e quer fazer de outra maneira. Mencionou que quanto a este orçamento tinha uma visão completamente diferente do GM do PS. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, constatou que, primeiro, o GM do PSD se congratulava por haver encaixe de cerca de dois milhões de euros. Depois, congratulava-se porque, contrariamente a outras Câmaras, e se calhar até a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmaras do Partido Socialista, a Câmara de Anadia não estava endividada a mais de sessenta e seis por cento ou a mais de setenta e seis por cento, o que transparecia um realismo e uma preparação do futuro, consequência simples do que o Senhor Presidente da Câmara já tinha dito mas que ninguém quis ouvir, que era, na realidade, o facto de o Estado pagar tarde e mal e que por pagar tarde e mal, qualquer Presidente de Câmara que queira fazer obra tem de ter dinheiro em caixa para ter capacidade de realização. Assim, disse estar convencido de que, se efectivamente o Estado viesse a dar o dinheiro que diz que dá às Autarquias, provavelmente o Município de Anadia aproximar-se-ia de uma execução a cem por cento. Para concluir, referiu que a grande fatia de transferências que no ano em curso virão para o concelho de Anadia, virão em função do Velódromo de Sangalhos e não em função do corrente de todas as outras despesas. Portanto, disse que ao GM do PSD lhe parecia existir, na realidade, uma visão política diferente, o que, provavelmente, estaria na origem da maioria estar do lado do PSD e não do PS. -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que, dirigindo-se ao Senhor Professor Luís Santos (PSD), referiu que ele tinha usado a palavra falsidade, uma palavra forte, a respeito daquilo que ele tinha dito. Disse ter lido uma notícia publicada no Diário de Notícias do próprio dia, "Professores protestam junto ao Ministério apesar do acordo", para concluir que se estava a dizer uma falsidade, a falsidade era do jornal. -----

----- Também para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD), que referiu já saber que os Senhores do PS governavam o país pelos jornais e pelas sondagens, mas que não esperava que o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) trouxesse esse facto para a Assembleia. Pediu, então, para o Senhor Deputado atentar bem à notícia, porque falava em plataforma dos sindicatos dos professores, num entendimento, que nem sequer é um acordo, que nada alterou. -----

----- Para responder às intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por referir que as contas da Câmara Municipal, da forma como imagina a governação do Município, nas circunstâncias actuais, tinham de ser feitas assim, na medida em que considera que tem de ter dinheiro para cumprir com aquilo que vai assumindo no dia-a-dia, já que as obras são lançadas a concurso e não é assim tão certo que a Autarquia venha a receber o dinheiro. No entanto, garantiu como certo que a Câmara Municipal de Anadia tinha vindo a responder a todas as solicitações. Portanto, referiu que não fazia como o Governo, não fazia obras para cumprir um défice. Referiu que Câmaras Municipais não foram tão executantes, no ano de dois mil e sete, precisamente porque não tiveram à sua disposição aquilo que por exemplo os Espanhóis e outros tiveram no quadro comunitário, que já funciona em pleno para os outros países há bastante tempo, quando em Portugal só no dia quinze de Abril é que parece que vai começar, e isto é um problema de programação. Alertou para o facto de, curiosamente, esse quadro obrigar as Autarquias a fazer a contratualização daquilo que vão gastar e essa contratualização



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consiste, basicamente, no entendimento entre todas as Autarquias da NUT III, e noutros agrupamentos de Autarquias, e só depois se pode gastar o dinheiro. No seu entender, quando houver a contratualização, já não haverá dinheiro para as Autarquias porque o Estado, com os PIN, com o TGV, com o aeroporto, que é a grossa fatia que leva tudo, aquilo que sobrar para as Autarquias será muito pouco. Esclareceu, então, que a Câmara Municipal de Anadia não tinha défices a controlar, mas tem um objectivo, que é fazer obras com os fundos comunitários. Sobre o comentário do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) de que não vale a pena fazer o orçamento, lembrou que os orçamentos são plurianuais. O Velódromo de Sangalhos são dois anos, o Cine-Teatro dois ou três anos, a Biblioteca igual, gastando-se mais num ano e menos no outro mas, curiosamente, a despesa se não é realizada num ano é em dois, logo, o orçamento foi verdadeiro, pois o dinheiro para a obra é o que lá está, "até porque o Tribunal de Contas não a visa sem estar lá o dinheiro". Falando dos quarenta e dois por cento de execução, diz entender ser muito bom, apesar dos quarenta e nove por cento do ano anterior. Continuou, referindo que, contrariamente ao que o Senhor Deputado tinha dito, o aumento das transferências do Estado foram em um ou dois por cento. Mas as transferências da Câmara para o Estado nunca são discutidas aqui, e que as mesmas são muito mais do que eram, pois "estamos a dar muito mais do que aquilo que recebemos em troca". Sobre o cuidado a ter com as promessas que são feitas, o Senhor Presidente da Câmara considerou um comentário interessante. Questionou quando é que se faz a Ponte do Cértima e a rotunda acima do Campolargo que vai para Sangalhos? Disse que o Senhor Deputado não prometeu porque não manda mas se mandasse seria como os seus colegas, prometia e não cumpria. Referiu que o povo de Anadia anda a ser enganado, relativamente à construção da rotunda acima do Campolargo e alargamento da ponte de Canha., e que tem de se procurar pessoas que cumpram com a sua obrigação. Em sua opinião, o Município tem de ter um orçamento bem organizado, que permita pagar atempadamente, para quando aparecer uma obra de momento, dando o caso dos centros escolares como exemplo, poder concorrer a eles até ao dia trinta de Abril. Disse que ia propor a construção de três centros escolares, porque considerava ter uma "almofada", e que não o faz a pensar em coisas eleitoralistas. Respondendo à crítica de que não há desenvolvimento económico, referiu que as verbas da Derrama são semelhantes às dos grandes concelhos. E respondeu, também, no seguimento da crítica de que a maioria estava esgotada, dizendo que o povo de Anadia acredita "neste punhado de homens que quiseram vestir a camisa do PSD porque tinham de vestir uma, na certeza de que eram capazes de gerir isto", assim como acredita na capacidade de gestão dos elementos dessa maioria, sempre com o objectivo e no sentido do progresso da sua terra. -----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado Luís Santos, o Senhor Presidente da Câmara referiu que como já não fazia parte do quadro de professores, não travava essa guerra porque, caso contrário, estaria do lado dos professores, por entender que perder privilégios por nada também não é bom. Relativamente às transferências que o Senhor Deputado falou, especificamente do Velódromo, referiu que uma obra que começou em Dezembro, com tudo



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

legal, visto do Tribunal de Contas, tudo, mas que a Autarquia ainda não tem a candidatura aprovada, nem sequer feita, porque ainda não recebeu ordens para tal, situação que não o tem deixado muito descansado. No entanto, disse que continuava a confiar na Tutela e não dizia mal do Governo, precisamente por acreditar nas pessoas que com ele assumiram compromissos, ainda que, por esse motivo, esteja a pagar verbas enormes, por se tratar de uma obra de dois milhões de contos. Como não tinha outro recurso, se não tivesse esse dinheiro para fazer face aos centros escolares, ao Velódromo de Sangalhos e a outras obras, não as poderia fazer, porque o problema não é tão simples, a Câmara Municipal recebe muito mas não recebe o devido, dando como exemplo o caso do Cine-Teatro, que ainda falta bastante dinheiro para receber. Disse que já fez o convite ao Senhor Ministro para vir inaugurar a Biblioteca, porque respeita quem foi eleito e quer que eles estejam em Anadia para partilhar o trabalho efectuado, que também é deles, pois mandaram muito dinheiro, não só comunitário mas também de participação nacional, pelo que estão convidados para todas as inaugurações. Mencionou que lhe parecia que começava a fazer confusão a certa gente tantas inaugurações. Se tal acontece é porque há obras. E se as mesmas inaugurações ainda não aconteceram é porque no caso da biblioteca, é o IPLB e o Ministro da Cultura é que escolhem o mobiliário, é que escolhem o tipo de funcionários, é que escolhe aquilo tudo e a Câmara Municipal tem de ficar à espera, pois "eles são muito mais lentos que o Presidente da Câmara". Para terminar e, dirigindo-se ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD), disse-lhe para ficar descansado que iria ter a obra na sua terra, mas lembrou-o de que se tratava de uma obra que no momento trazia algumas preocupações ao Presidente da Câmara porque ainda não sabia de onde haveria de vir o dinheiro. No entanto, garantiu que a Câmara Municipal não iria deixar de pagar ao empreiteiro por falta de verba, iria pagando atempadamente, porque é essa a postura da maioria PSD e é por isso mesmo que quer as contas da forma como estão apresentadas. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU). Referindo-se ao ano de dois mil e quatro como um ano forte em termos de investimento por parte da Câmara Municipal, perguntou ao Senhor Presidente porque motivo nos anos seguintes o investimento tem vindo a reduzir, inclusivamente no ano de dois mil e sete, ano em que o saldo da Câmara Municipal foi de dois milhões de euros. Assim sendo, perguntou se esse saldo estaria na gaveta, se seria para aplicar no ano seguintes, antes das eleições autárquicas, para anunciar nova obra. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, como representante do concelho de Anadia e como intermediário entre a Autarquia e o Instituto de Estradas de Portugal, lembrou uma notícia remetida por um Deputado, há um ano atrás, para a comunicação social, na qual era dito que o Paraimo tinha sido crucificado com a separação da população por não ser feita a ponte pedonal de ligação a ambos os lados do lugar, sobre a variante e sobre a linha de caminho de ferro, na sequência de uma obra da responsabilidade do Governo. Nessa medida, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se a mesma se iria realizar ou se era para ficar no esquecimento da população, na medida em que o Senhor Presidente da Câmara tinha sido atacado naquele órgão de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunicação social por não saber defender os interesses dos Sangalhenses, mais em particular, da população do lugar do Paraimo. Passando a falar das contas, referiu que havia uma redução na despesa de capital - menos 10 por cento em relação ao ano anterior; também no investimento menos 11 por cento; em despesa com pessoal mais 6 por cento. Referiu, também, ter verificado que estava a ser utilizado o empréstimo de três milhões de euros, que seria, com certeza, para poder jogar com o pagamento atempadamente ao construtor do Velódromo. No entanto, pediu ao Senhor Presidente da Câmara para o esclarecer sobre essa situação. Mesmo a terminar, disse esperar que no ano seguinte, no orçamento para dois mil e nove, toda a perda que estava a ser realizada, pudesse vir a ser recuperada em promessa feita à população. -----
----- Para responder à interpelação do Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por informar que as contas do Município de Anadia e qualquer actividade do Município de Anadia tinham a transparência que todos viam na conversa do dia-a-dia do seu Presidente, que nada tinha a esconder. Disse não estar preocupado com a sua posição, mas se alguma coisa o preocupava era não conseguir fazer. Entretanto, disse ao Senhor Deputado que tinha uma esperança extraordinária, porquanto o orçamento, as contas, contrariamente àquilo que muita gente poderia pensar, que se tratava de umas contas a balancear o PSD, e até a sua pessoa, para uma nova corrida à Câmara Municipal. Garantiu ao Senhor Deputado que não era com esse dinheiro que ia fazer política, até porque ansiava que esse dinheiro fosse preciso rapidamente, porque era sinal que a Autarquia iria ter obras aprovadas e iniciadas. Relativamente ao Velódromo de Sangalhos, informou que já estava a beneficiar desse tipo de dinheiro, até porque não havia outro, como a Câmara não tinha recebido dos fundos comunitários, nem da governação do Poder Central "naturalmente que já era dinheiro que tinha que estar na gaveta porque se não estivesse na gaveta não fazia efeito". Portanto, o dinheiro existe realmente, é verdadeiro, não existia só a trinta e um de Dezembro, ainda hoje existe a maior parte dele. Mas para tudo funcionar bem, explicou que esse dinheiro tinha de ir sendo substituído por outros, porque outras obras avançavam a seguir, como o caso dos centros escolares, que disse bastar-lhe avançar com três centros escolares, que correspondem a seiscentos ou setecentos mil contos, sem contabilizar os terrenos, que teria de arranjar logo 30 por cento, o que correspondia a duzentos mil contos. Confirmou haver uma segurança, e foi sempre a sua intenção não lançar obras que amanhã podiam não ser aprovadas no quadro comunitário, algumas ate já pagas na totalidade, quando agora, como é do conhecimento de todos, não podendo fazer tudo, vamos podendo fazer saneamento, vias, escolas, equipamentos, bem como aplicar na melhoria da cultura, na modernização administrativa, na melhoria da formação do pessoal, etc. Continuando, informou o Senhor Deputado que Sangalhos iria ver pavimentada a rua principal, a qual iria ter, também, passeios, com capacidade para levar iluminação, explicando que numa primeira fase a Câmara Municipal executará metade, continuando, de acordo com as suas possibilidades, com o intuito de ter ali uma rua cidadina, uma vez que saiu de lá a variante. Tudo isto está acautelado - é um dinheiro que estava meio



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perdido, mas que se lembrou de mencionar porque o Senhor Deputado falou nas Estradas de Portugal. Regressando ao orçamento, e sobre a questão da redução, na receita, no investimento, no pessoal, levantada pelo Senhor Deputado, explicou-lhe que tinha de haver redução "para haver défice teve de se gastar menos; nas receitas é que se tivéssemos mais 10 por cento de receita, então o saldo ainda seria muito mais positivo". Aproveitando essa oportunidade, aconselhou o Senhor Deputado a imprimir alguma pressão às Estradas de Portugal, no sentido de cumprir com o prometido, a passagem pedonal, prometida inclusivamente à Junta de Freguesia de Sangalhos, pois há que ser rigorosos a exigir e a Câmara Municipal estará seu lado, porque, como disse, é pouco mas a verdade é que cerca de cinquenta mil contos foram repescados *in extremis* para uma obra que valoriza Sangalhos e que estaria perdida. Para terminar e falando da principal preocupação do Senhor Deputado João Morais (CDU), referiu que a população do Paraimo se deveria manter alerta e ser reivindicativa, até porque uma passagem pedonal não deveria ser assim tão dispendiosa, mas o que era certo era que se não se movimentar é razão para dizer que nunca mais é. -----

----- Decorrida a explicação do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS), que começou por dizer que estava de acordo com as críticas feitas pelo seu colega, Deputado Cardoso Leal (PS), só naturalmente não o podia acompanhar na parte em que tinha referido existir um acordo entre o Ministério e os professores. Sobre as contas, constatou ser a primeira vez que as mesmas vinham certificadas por um Revisor Oficial de Contas (ROC), o que dava, também, alguma garantia. De qualquer maneira, disse que também tinha que referir que o PS nunca pôs em causa as contas. O que questionou foi sempre a execução, porque, como o Senhor Presidente da Câmara refere no seu relatório, o que os Deputados fazem é comparar entre aquilo que foi, e passou a ler: "*prestar contas possibilita ainda um controlo interno e auto controlo, uma vez que, pelos elementos que fornece, permite aos membros do órgão executivo analisar o grau de consecução dos objectivos propostos e da estratégia seguida, bem assim, comparar os resultados previstos com os alcançados, analisando conseqüentemente os desvios verificados face aos recursos utilizados*". Ora, disse serem exactamente essas as questões que foram levantadas face ao orçamento, ou seja, face ao prometido, porque constataram, realmente, grandes desvios e, portanto, as questões que são levantadas são exactamente para explicar isso, uma vez que não estava explicado no relatório. Constatou, também, que a ROC tinha posto algumas reservas nas contas, mas disse pensar que essas reservas eram perfeitamente aceitáveis, uma vez que também o tempo que ela tinha tido para analisar tinha sido escasso. Não deixou de referir o facto de a ROC não ter emitido opinião sobre a execução orçamental da Câmara. Entretanto, passou a fazer um resumo da análise que tinha feito do documento, referindo que a situação financeira da Câmara era boa e que havia disponibilidades no balanço de quatro milhões e tal de euros; que o passivo tinha diminuído e que o passivo bancário e o passivo corrente também tinham diminuído; que os indicadores financeiros tinham uma evolução e que era nessa evolução que o PS tinha falado sempre, ou seja, quando a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

evolução era fora do normal e não noutra tipo de situações. Continuando, constatou que o rácio de liquidez tinha um valor perfeitamente anormal, mas naturalmente pela positiva, porque o valor existente nos bancos, configurava algo perfeitamente anormal, mas pela positiva. Sobre a capacidade de endividamento disse não haver nada de anormal. Voltou a reforçar que acompanhava o seu colega de bancada Deputado Cardoso Leal (PS), na crítica quanto à execução orçamental, na medida em que naquilo que é importante para o desenvolvimento do concelho, a execução tinha sido de 42 por cento, menos que no ano anterior. Como o Senhor Presidente da Câmara já tinha tecido algumas considerações e já tinha dado algumas justificações sobre a sua estratégia, a estratégia da Câmara, que é quem gere o Município, disse nada ter a acrescentar, mas que gostaria de apresentar mais duas questões. A Câmara Municipal vendeu os andares no Edifício da Praça Visconde Seabra – por um milhão e cinquenta e cinco mil euros. Tendo o preço de custo sido de trezentos e vinte e seis mil euros, de acordo com o relatório, disse que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara lhe confirmasse isso, porque lhe parece uma diferença muito grande. Relativamente ao documento do património, disse que pensava existir uma falha no mesmo, em sua opinião, na conta de partes de capital, pelo facto das três parcelas não somarem com o valor total, como deveriam, verificando-se uma diferença de sessenta e cinco mil euros porque no balanço estavam cento e oitenta mil e depois no património estavam cento e catorze, quinhentos e noventa e dois. Constatou que essa parte estava de acordo com o balanço, estava correcto, mas depois havia mais três folhas que somavam cento e catorze mil, quinhentos e noventa e dois, pensando existir aí uma falha, pelo que gostaria de saber onde é que estavam os sessenta e cinco mil, se eram partes de capital, ou se eram participações em empresas, porque estavam identificadas às participações referentes à Associação Nacional de Municípios, à Associação Beira Atlântico, e às empresas privadas ou cooperativas no caso da WRC. Também na primeira página do património, fala-se em obrigações e títulos de participação no valor de dois mil e quinhentos euros, sendo que depois não via qualquer referência a ele, a não ser se na sessão em curso iriam votar uma participação de dois mil e quinhentos euros, o que lhe parecia ser parecia estranho, uma vez que o convite à Câmara tinha sido feito no ano em curso, pelo que não podia estar já contabilizado no ano anterior. -----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que, acerca do relatório do património, disse haver dois ou três assuntos que ressaltavam. O primeiro, e para seguir a ordem de paginação, referia-se às casas pré-fabricadas da Moita, no que se refere ao valor patrimonial constante no documento. Relativamente a esse assunto, perguntou se esse valor era referente apenas ao edifício ou ao edifício e ao terreno, isso porque viam noutras rubricas que as construções, as estruturas, são separadas dos valores do terreno. Em segundo lugar, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse que não podia deixar de parecer estranho a displicência com que o assunto tem sido tratado, porque essas casas da Moita, já constavam no património do ano anterior. Parecendo-lhe ser terreno de ninguém, a julgar pela resposta que o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente da Câmara deu ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), dizendo que não são da Câmara mas também não se sabe de quem são, referiu que o prolongar da situação levou até àquilo que lhe parecia completamente inaceitável que tenha havido, segundo as últimas informações, tentativas de apropriação ilegal de um património que afinal de contas acaba por ser da Câmara, porque está inscrito no documento como sendo da Câmara, portanto, para todos os efeitos, é um património da Câmara. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para esclarecer que quem tinha as casas também não tinha o direito de propriedade porque elas tinham sido construídas através de benfeitores estrangeiros, da Noruega, sendo que, o que acontecia era que nem tinham escritura, nem tinham licença, simplesmente aquelas casas tinham sido ali instaladas e nunca puderam ser legalizadas. Como não as podiam legalizar nem tinham possibilidade de as dar às pessoas, então, entregaram-nas à Câmara Municipal, mas entregaram algo que não está registado, que a Câmara não pode registar e não pode vender. E no caso de a Câmara as poder vender, provavelmente, seria a um preço simbólico, e nunca por cerca de duzentos e trinta e seis mil euros que é o valor que consta no documento do património, porque naturalmente há direitos adquiridos ao longo de todos aqueles anos. Referindo não saber quem poderia autorizar tal situação, explicou que teria de ser um membro do Governo a encontrar uma solução para o problema, que não era só de Anadia, mas também de outros concelhos com casos semelhantes. No entanto, referiu que a Câmara não pode omitir aquelas casas porque elas, no fundo, estão no património municipal e aqueles que foram responsáveis pela sua manutenção, deixaram de o ser e entregaram tudo à Câmara Municipal. Disse ainda que a Assembleia seria soberana caso quisesse tomar uma decisão sobre a matéria, contudo não o aconselhava, apesar de querer o problema resolvido. -----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que referiu que, de qualquer modo, a situação era estranha, que sabia ter sido uma herança que o Senhor Presidente da Câmara recebeu com todas essas complicações, mas a verdade era que se não fosse alguém alertar para a circunstância de estarem a abusar da propriedade e a tomar iniciativas que não competia aos particulares, a alguns particulares que estão nas casas, com certeza isso não seria despoletado e acabaria sempre por ser qualquer coisa que não era nada. Portanto, disse ser de opinião que a Câmara Municipal tinha, obrigatoriamente, que tentar “desatar esse nó”, porque não era bom para a Câmara e nem era bom para as pessoas que lá estão e nem era bom para a freguesia. Abordando uma outra questão, chamou a atenção para a página vinte e dois e página vinte e três, constatando que a pista de ciclismo estava valorizada com um montante e depois tornava a ser valorizada com o mesmo montante na página seguinte, primeiro com o nome pista de ciclismo e depois com o nome pavilhão e pista de Sangalhos. Como o montante é rigorosamente o mesmo, perguntou se se tratava de uma duplicação, ou se era mesmo assim. Quanto ao velho Cine-Teatro de Anadia, para o qual a Câmara Municipal fez um investimento de cento e trinta e nove mil e quinhentos euros, o Senhor Deputado perguntou o que o Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara pretendia fazer com essas instalações, porquanto havia um investimento que não estava a ser rentabilizado e, também, porque pensava ser necessário procurar, de uma vez por todas, uma solução para aquele problema. Para uma última questão, começou por relembrar que a Câmara Municipal tinha adquirido três automóveis para o Senhor Presidente da Câmara: um em noventa e nove, outro em dois mil e dois e outro em dois mil e cinco. Por este andar, e porque o Senhor muda periodicamente de carro de três em três anos, provavelmente irá comprar um novo carro este ano. E que recentemente tinha sido adquirido um outro carro para o Vereador ou para os Vereadores. Referiu, então, não entender essa filosofia, de comprar carros e deixar os outros em armazém, que só estão a desvalorizar. Nesses termos, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia criar uma empresa municipal de rent-a-car, usando as viaturas que tem em armazém. -----

----- Novamente para responder às interpelações dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Começando por responder ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS), explicou que só tinham sido vendidas lojas no Edifício Praça Visconde Seabra, ainda que do documento constasse todo o valor patrimonial do edifício, logo aí se podia notar a diferença. Sobre o património, disse tratar-se de um documento bastante complexo, que obedece a toda uma problemática que realmente o ultrapassava mas que qualquer dúvida que fosse suscitada, estaria disponível para esclarecer, até porque o património era um documento que se iria manter actualizável durante todo o ano. Referiu que tinha uma equipa só a trabalhar em património e quando foi levantado o problema da pista de Sangalhos disse custar-lhe entender porque aparece a mesma rubrica com o mesmo valor. A verdade é que a Câmara Municipal tem duas pistas em Sangalhos, uma com esse verdadeiro nome, que foi aquela que adquiriu e que era património do Sangalhos Desporto Clube, e entretanto tem o Velódromo que referiu ainda não constar do documento. Mencionou que segundo informação dos serviços, tratam-se de coisas diferentes, mas que se vai verificar se há ou não duplicação ou se foi dividido por duas rubricas. -----

----- Para possibilitar alguma troca de informações entre o Executivo e os serviços técnicos da Câmara Municipal, no sentido de se esclarecer várias dúvidas e questões suscitadas pelos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal suspendeu a sessão por quinze minutos, proposta que recolheu favoravelmente a unanimidade dos presentes. -----

----- Terminado o período de suspensão dos trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal reiniciou os mesmos e devolveu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para continuar as suas explicações. Dirigindo-se ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS) e falando sobre as partes de capital, o Senhor Presidente da Câmara informou que os números estavam correctos, na medida em que, somando os números, e eles constavam dos mapas do documento, perfaziam um total de cento e catorze mil, aos quais, juntando os setenta e quatro mil do ano dois mil e seis, que era o balanço, ainda havia uma diferença, havia realmente um erro, porque não lhe tinham retirado a quota referente ao ano dois mil e seis, de oito mil



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seiscentos e cinquenta e sete, o que acaba por dar os cento e oitenta mil, cento e noventa e sete euros e trinta e sete cêntimos. Passando a responder ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), o Senhor Presidente da Câmara referiu que o Cine-Teatro antigo se tratava de uma obra que a Câmara tinha adquirido por muito pouco dinheiro, cerca de sete mil e quinhentos contos, praticamente um preço simbólico, acordado com a Misericórdia de Anadia, em que a Câmara Municipal subscreveu um contrato com a pessoa que detinha a exploração, portanto, tinha sido o negócio possível para o Município passar a ser proprietário daquele imóvel e poder concorrer aos fundos comunitários para ter um Cine-Teatro em condições. Explicou, entretanto, que o projecto tinha sido feito na Câmara Municipal, pela Arquitecta Sónia Perpétuo, que entretanto foi para apreciação da Tutela e o mesmo foi inviabilizado porque o lugar foi considerado impróprio por falta de espaço para estacionamento, as escapatórias exigidas por lei também não tinham espaço, e havia uma série de contradições que levaram a que esse projecto tivesse sido reprovado. Então, informou que esse mesmo projecto foi adaptado para poder ser implantado noutra área, mas respondendo a todos os requisitos pelos quais ele tinha sido reprovado, sendo que foi escolhida a localização junto das Piscinas. Sobre o que a Câmara de Anadia fará ao antigo Cine-Teatro, informou que provavelmente iria alienar aquele espaço, quando fosse adequado, procedendo, numa primeira fase, à sua demolição, o que ainda não tinha sido feito por não ter a outra obra a substituir, garantindo, no entanto, que tal iria acontecer, até porque não estava nas melhores condições, sendo que, inclusivamente, já tinha sido realizada uma vistoria para o efeito. Depois haverá, naturalmente, alguma apetência do espaço, quer por privados, quer pela própria Câmara, tudo dependia do que pudesse acontecer de futuro, sendo que inclusivamente a própria Junta de Freguesia podia entender que a Câmara Municipal lhe cedesse o espaço, concluindo que de momento a Autarquia não tinha nada projectado para o local, a não ser a sua demolição, porque o prédio inspirava alguns cuidados. Quanto aos Mercedes, ironizou referindo que "se fizesse um rent-a-car com eles, se calhar tinha uma boa clientela e iria aí arrasar os taxistas da praça, mas não". Referiu que a pretensão da Câmara Municipal era não desvincular-se de algo que valia muito dinheiro, que tinha sido comprado em sistema de leasing, concluindo que o Presidente da Câmara também não podia andar numa viatura qualquer, que deveria apresentar-se bem, pois tem de vender imagem. Entretanto, acrescentou, também, não estar disponível para andar com carros que não ajudem a qualificar a pessoa que gere o Município. Continuando, esclareceu não ser o Presidente da Câmara quem tem três Mercedes, mas a Câmara Municipal, que os tem à disposição de Vereadores e de técnicos. Os chefes de divisão não têm nenhum carro adstrito, mas os Vereadores já têm carro distribuído, o que é legítimo. Mas referiu que o Senhor Deputado estivesse tranquilo, porque pensava seriamente em se recandidatar e comprar mais um carro, dizendo que essa era realmente a sua pretensão, "porque dos fracos não reza a história". -----

----- Para usar novamente da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que relativamente à questão dos



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mercedes, esclareceu não estar em causa o facto do Senhor Presidente da Câmara se apresentar condignamente, o que nem os Deputados do PS desejariam outra coisa. Mas a questão era que considerava ser um exagero e um despropósito manter todos os carros na Câmara Municipal, porque daqui a algum tempo necessitará de outra garagem. Disse ainda parecer-lhe normal e aceitável entregar um carro de retorno, valorizando-o como deve ser valorizado e não entregá-lo por um baixo valor. Para concluir, disse ser essa a questão fundamental, não querendo, com isso, dizer que o Senhor não se deva apresentar bem e que os elementos do PS tenham algum problema nisso, não era essa a questão. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS). O Senhor Presidente da Câmara declarou que o problema não era esse e que já tinha explicado que só tinha um carro, que até pode custar cem mil euros, mas que a verdade é que, ao fim de três/quatro anos, dependendo do procedimento do leasing, esse carro não é da Câmara Municipal, mas a Câmara esteve a pagar e para a mesma ficar com ele tem de pagar um valor residual. Referiu que o carro não fica para alugar, fica porque muitos técnicos não têm carro e a Câmara ainda não tem os carros necessários para o trabalho que faz e a Câmara Municipal entende ser uma boa gestão. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que começou por referir que tinha uma dúvida, que já vinha de alguns anos a esta parte e que nunca tinha sido falada em Assembleia, que era sobre o Parque de Campismo da Curia, acabando por perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se a verba inscrita de vinte e cinco mil euros seria apenas para retirar as silvas ou para lá pôr os Mercedes. Sobre a remodelação da Estação da Curia, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara o que pensava fazer da Estação da Curia com quinze mil euros, quando estava tudo a cair. Seguidamente, sobre os subsídios atribuídos pela Câmara Municipal, especificamente à Banda de Música de Anadia, que considera representar, e bem, o concelho de Anadia, verificou que a Câmara Municipal lhe atribuiu um subsídio de setecentos e cinquenta euros, mas, por outro lado, ao Bilhar Clube de Portugal, que nunca viu nem sabia se existia no concelho, a Câmara Municipal atribuiu-lhe uma verba de cinco mil, duzentos e cinquenta euros. Por último, lembrou que há cerca de um ano tinha pedido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para mandar colocar dois postes de electricidade numa rua da Curia, que não tem luz e onde lá vive uma deficiente, e que o Senhor Presidente da Câmara lhe tinha dito, e muito bem, que provavelmente era um problema que teria de ser resolvido pela EDP. Informou, então, que entretanto tinha falado com o responsável da EDP que desconhecia o assunto. No entanto, constatou ter verificado uma verba para colocação de postes na Quinta das Pereiras, em Tamengos, pelo que perguntou de quem era, afinal, a responsabilidade da colocação, se era da Câmara Municipal ou da EDP. -----

----- Para responder ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

explicar que o dinheiro inscrito para o Parque de Campismo da Curia nem dava para cortar as silvas nem para comprar um Mercedes, até porque não era esse o seu destino. Explicou, então, que tinha de inscrever no orçamento verbas para poder, aparecendo uma possibilidade de candidatura, com determinado prazo, candidatar uma obra, mas acrescentou que se não tiver a rubrica aberta no orçamento, podia abri-la com uma revisão orçamental, o que leva algum tempo porque implica convocar uma reunião da Câmara Municipal e, conseqüentemente, remeter o assunto à Assembleia Municipal, mas que o que também era importante era haver entrada de dinheiro, porque sem dinheiro não se faz uma revisão. Portanto, explicou que a verba era meramente identificativa de um projecto, projecto esse que também estava a contar candidatar aos fundos comunitários porque, se assim não fosse, não era fácil fazer um Parque de Campismo com qualidade, considerando existirem outras prioridades para os cidadãos residentes que possam ser conseguidas sem colaboração dos fundos comunitários e, por esse motivo está essa verba nessa rubrica. Quanto aos subsídios, referiu que os mesmos têm de ser analisados numa óptica daquilo que se faz, nunca da forma como é encarada determinada Associação. Acrescentou, ainda, que a Banda de Música de Anadia tem sede num prédio construído e propriedade da Câmara Municipal de Anadia, portanto, já um benefício de muito dinheiro em relação a outras Associações que tiveram de construir as suas sedes e responsabilizar-se pela sua manutenção, e que recebem igualmente subsídios pequenos. Relativamente ao Bilhar Clube de Portugal, explicou não ter sido um subsídio atribuído ao Bilhar Clube de Portugal, mas sim um apoio concedido como pagamento de uma acção desenvolvida pelo Bilhar Clube de Portugal, no Pavilhão de Desportos de Anadia, da qual a Câmara Municipal de Anadia foi parceira, apoio esse que lhe foi concedido em reunião do Executivo Municipal. Sobre quem coloca os postes, referiu que a Câmara Municipal os pode comprar e colocar, mas como não é perita nisso, porque é necessário um técnico adequado, a Câmara não corre riscos, e então, pode fazer de diversas formas: ou compra os postes e as iluminárias e a EDP vem montar, sendo que, para todos os efeitos, é a Câmara que faz porque, por força do contrato que tem com a EDP, pode utilizar este sistema; ou então, a Câmara Municipal fala a uma empresa credenciada junto da EDP, ou duas ou três, dependendo do montante da empreitada, e é essa empresa que faz. Por fim, e relativamente à Senhora deficiente que mora numa rua sem electricidade, referiu ser evidente que a Câmara Municipal tinha feito sentir a situação e de certeza que solicitou à EDP, mas como é do conhecimento geral por vezes é complicado a EDP fazer este tipo de serviço. No entanto, adiantou que a Câmara Municipal iria rever a situação para poder ser útil à Senhora. Na Quinta das Pereiras, informou que a Câmara Municipal tinha comprado os postes e os tinha mandado colocar porque os que lá existiam estavam obsoletos. -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP). Ainda sobre a Banda de Música de Anadia, lembrou o Senhor Presidente que já tinha sido presidente de uma colectividade, do Grupo Columbófilo da Bairrada, e que o Senhor Presidente da Câmara, nessa qualidade, tinha



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prometido que oferecia uma sede ao grupo. Informou, então, que quando tomou posse, a primeira coisa que fez foi reunir com o Senhor Presidente da Câmara, juntamente com a direcção do clube, para discutir a questão da sede, onde o Senhor Presidente da Câmara lhe pediu para arranjar um projecto. Perante essa solicitação, teve o cuidado de contratar um arquitecto para elaborar o projecto, tendo, inclusivamente dito ao Senhor Presidente da Câmara que não precisaria de subsídios ou qualquer outro apoio da Câmara Municipal, a não ser do terreno. Como resultado, o Senhor Presidente da Câmara ofereceu a sede, mas o terreno não deu. Nesse sentido, não compreendia a atribuição de apenas setecentos e cinquenta euros para a Banda de Música de Anadia, sediada num prédio a cair, que o Senhor Presidente da Câmara em tempos quis mudar para o antigo matadouro, quando um instrumento da banda de música custa dezenas de contos. Para concluir, referiu considerar que a Banda de Música, que representa tão bem o concelho de Anadia, merecia mais apoio da parte da Câmara Municipal. --

----- No seguimento do direito de resposta exercido pelo Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal devolveu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para voltar a responder. O Senhor Presidente garantiu ao Senhor Deputado que ainda podia contar com o terreno, que lho arranjava, mas para tal, o Senhor Deputado teria de criar sustentabilidade para esse empreendimento, ou para esse investimento. Esclareceu, então, que a Câmara Municipal se encontrava disponível para colaborar, e tinha vindo a colaborar, com as associações, na elaboração dos projectos, nas candidaturas, sem que nenhuma se tivesse queixado. Mas, referiu que se o Senhor Deputado tinha motivos de queixa, deveria apresentar as suas razões, em local próprio e em tempo definido, porque na sessão em curso não tinha condições para lhe estar a explicar aquilo que, em sua opinião, não tinha explicação. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que referiu que, em sua opinião, a questão em discussão era uma questão muito importante, porquanto pensava que o grande problema era tratar essas situações como subsídios. Como considera que o subsídio é qualquer coisa muito a desvalorizar, pensava não ser essa a forma mais correcta de conduzir as situações, mas antes, o que a Câmara Municipal deveria fazer era apoiar e dar apoios, financeiros ou de outro tipo, mas para dar apoios, na verdadeira acepção da palavra. A Câmara tem de se basear em dados, não podendo por livre arbítrio, ou pela cara das pessoas ou pela insistência, atribuir um montante. Nessa medida, referiu que isso deveria sempre ser feito em consequência ou como consequência de um plano de actividades ou de propostas de actividade que a colectividade apresentasse. E mais, deveria, depois, informar a Câmara Municipal sobre a forma como efectivamente tratou esse apoio. Para concluir, disse pensar ser isso que estava a faltar para evitar desigualdades, evitar injustiças na atribuição dos apoios e para que eles sejam efectivamente considerados apoios e não subsídios. -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal atribuiu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. O



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente informou ser precisamente essa a política do Executivo, não há subsídio ou apoio que não seja discutido em reunião de Câmara, portanto, não é pela cara das pessoas. Acrescentou, ainda, que quem realmente tem condições, quem trabalha, quem sabe utilizar o dinheiro nas associações, com certeza que nunca lhe faltará apoio da parte da Câmara Municipal, até porque nunca ninguém deixou de fazer uma obra porque a Câmara não apoiou. -----

----- Concluída a discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à sua votação, o qual anunciou ter sido aprovado, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, três abstenções e quatro votos contra, após o que deu o ponto por encerrado. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no ponto três da ordem do dia: "Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de 2007, bem como apreciação do respectivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA", após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu que as contas dos Serviços Municipalizados eram de fácil explicação, porquanto os números eram tão pequenos que se tornava fácil detectar as alterações que tinham acontecido entre a conta anterior e a actual. Referiu, ainda, que a conta de dois mil e seis, segundo a apreciação já feita na Assembleia, tinha melhores condições, com uma execução efectivamente razoável, onde tudo correu bem. A conta de dois mil e sete, de acordo com o que tinha ouvido da oposição, aproximava-se, praticamente, da perfeição. Em sua opinião, essa diferença de opiniões, sendo os mesmos a julgar, e perante aquilo que é feito da mesma maneira, era interessante. Para terminar, referiu que apesar de ter sido olhada de outra maneira, a conta dos Serviços espelhava a mesma coisa que foi feita para a Câmara Municipal, diferindo nos números, obviamente, não sejam os gestores dos Serviços Municipalizados os mesmos da Câmara Municipal. -----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS), que começou por referir que as contas, segundo a apreciação do GM do PS, estavam devidamente apresentadas, estavam correctas, aliás à semelhança de anos anteriores. Fazendo uma análise mais pormenorizada do documento, referiu que tinham indicadores normais, financeiros e económicos; tinham uma execução orçamental satisfatória, onde reside a fundamental diferença relativamente à conta de gerência da Câmara Municipal; tinham uma situação patrimonial e económica que também pensavam ser satisfatória e razoável. Resumindo, referiu tratar-se de uma situação patrimonial e económica importante, pelo que o GM do Partido Socialista iria votar a favor das contas apresentadas. -----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que se declarou em sintonia com as palavras proferidas pelo Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado Álvaro Pereira (PS), mas acrescentou-lhe que o que foi conseguido fazer de uma forma muito simples e pormenorizada, que era a expressão da administração directa nas obras, na Câmara Municipal era quase impossível. Acrescentou, ainda, que estavam de acordo, mas que era bom que se soubesse que na Câmara Municipal era tudo muito maior, pelo que não poderia ser apresentada a mesma configuração em termos de prestação de contas. -----

----- Não se tendo registado mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação do ponto três da ordem do dia, após o que anunciou que o mesmo tinha sido aprovado, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor. -----

----- Encerrado o ponto três, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a apresentar o ponto quatro da ordem do dia: "Apresentação, discussão e votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de 2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA", após o que deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir o ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que a revisão orçamental decorre do saldo da conta de gerência a qual, uma vez aprovada, a Câmara Municipal tem de fazer a sua aplicabilidade ao orçamento que foi aprovado. Portanto, explicou que a revisão proposta decorria de um aviso dos serviços sobre quais as verbas que à partida tinham de ser reforçadas. Explicou, então, que este tipo de revisões implica entrada de dinheiro, na procura de condições para que, no futuro, a Câmara Municipal possa elencar uma série de obras, programar uma série de obras, para não correr o risco de vir a não ter possibilidade de as fazer. Ou seja, deve criar determinados pressupostos, os quais devem constar dos orçamentos para as coisas funcionarem, porque actualmente a concorrência entre Municípios é de tal ordem, e o Estado, também para se libertar um pouco da pressão dos Municípios, dá um espaço muito pequeno para as candidaturas, para ver se alguns, menos diligentes, se perdem no caminho, ou porque não têm projectos, ou por outro motivo. Nesse sentido, explicou que estas revisões eram necessárias aparecer porque sem dinheiro não havia sustentabilidade para as obras e não havia, logo à partida, o visto do Tribunal de Contas. A concluir, referiu não existir nada de novo na revisão proposta, porque a Câmara Municipal continua a apostar nas grandes obras que faziam parte do primeiro projecto. -----

----- Decorrida a introdução feita pelo Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS). O Senhor Deputado começou por referir que relativamente à primeira revisão em discussão, o GM do PS não a contestava, obviamente, porque decorre da lei e das circunstâncias pelo facto de haver saldo para distribuir. No entanto, adiantou que o seu grupo se iria abster nessa votação, pela simples razão de que não concordava em absoluto com a distribuição das verbas colocadas no documento, porquanto entende que existem verbas que não percebe a sua razão de ser, nomeadamente com encargos de instalações, que traduzem reforços muito importantes, um de 27 por cento, por exemplo, e outro de mais de 40 por cento, ou seja, são reforços para os quais não encontraram justificação, mas como a podia haver, aguardava que o Senhor Presidente o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dissesse. Continuando, constatou existir, também, com encargos com pessoal, um caso em que quase duplica, pelo facto de se verificar um reforço de 88 por cento, e depois com mais pessoal contratado a termo, 28 por cento, consubstanciando despesas que, de facto, estão indicadas no documento mas que não sabia do que derivavam. Falou, ainda, de uma outra verba que passou de quarenta e cinco mil euros para quinhentos mil euros, destinada à compra de terrenos, aproveitando para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se se tratava de terrenos urbanizáveis, ou se eram terrenos de Zonas Industriais. Para terminar, referiu estarem perante uma distribuição que lhes parece não muito equilibrada, não muito perceptível, entendível, pelo menos, que justificasse a sua votação favorável. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS). Sobre os quinhentos mil euros, informou serem destinados aos quatro planos de pormenor entretanto aprovados para as Zonas Industriais, para o desenvolvimento das quais a Câmara Municipal tinha de comprar os terrenos que faltavam comprar e criar condições para o mesmo. Alertou para o facto que até há um tempo atrás um plano de pormenor demoraria tanto como um PDM, o que queria dizer que dificilmente se teria plano de pormenor, mas hoje em dia, em três/quatro meses um plano de pormenor é concluído. Disse que este dinheiro lhe fazia mais jeito para fazer estradas, espalhar alcatrão, e dar os tais subsídios atrás referidos, mas teve de os retirar para algo que vai obrigar a desenvolver zonas industriais, como a de Amoreira da Gândara, a do Paraimo, entre outras. Relativamente à questão do pessoal, explicou que a abertura do Cine-Teatro e da Biblioteca, implicam um aumento de pessoal muito grande, dado que a Tutela nem sequer oficializa o funcionamento dessas instalações e não dão o dinheiro à Câmara Municipal se não tiverem aquele quadro próprio, por eles determinado, portanto, esse pessoal tem de ser pago. Além disso, explicou que também estava inscrita no pessoal uma verba muito grande, a que o enriquecimento curricular obriga e que faz uma certa oscilação no pessoal. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que começou por dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara relativamente às zonas industriais, mas adiantou que, em sua opinião, para ser instalado o polígono industrial, a primeira coisa que devia ter era excelentes acessos e nem Amoreira da Gândara, nem Vilarinho do Bairro, nem Alféloas, nem o Paraimo têm acessos. Ora, como em sua opinião o problema dos acessos é prioritário, referiu que não seria de esperar que a auto-estrada abra uma portagem para Amoreira da Gândara e outra para Vilarinho do Bairro, ou que venha a passar, daqui por vinte anos, outra auto-estrada no concelho. Sobre a primeira revisão do plano de actividades mais relevantes, das modificações, designadamente na sua página um, quanto a aquisição de terrenos relativos a este programa mas que se refere ao turismo, perguntou que terrenos eram esses. Se não eram para o campo de golfe, porque esses já foram comprados e como todos sabiam que o turismo da Curia tinha falecido, então, se faleceu, perguntou para que é que a Câmara Municipal ia investir e comprar terrenos. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para responder ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por referir que a Câmara Municipal está empenhada em fazer um campo de golfe com dezoito buracos mas, para tal, tem de adquirir os terrenos, o que, para a Câmara Municipal, vem contribuir para o desenvolvimento turístico. Explicou, assim, que o campo de golfe é apoiado precisamente por essa rubrica do turismo e que mesmo os fundos estruturais vêm nessa área. Nesse âmbito, referiu que a Câmara Municipal tem de estar preparada para o efeito, adquirindo os terrenos, elaborando os projectos, procedendo ao arranjo, eventual empreitada, etc., porque essa é uma das formas de vir a valorizar o campo de golfe que já lá existe, uma infra-estrutura onde foi gasto bastante dinheiro e que a Câmara Municipal não pode correr o risco de perder, até porque existem vários campos de boa prática nas proximidades. Assim, procura fazer um campo, que embora nada tenha a ver com o outro, pode complementá-lo e, portanto, pode até criar uma gestão própria, mas será uma questão a estudar no futuro, ou seja, a Câmara Municipal estudará o melhor procedimento a adoptar. Sobre o turismo, adiantou que o Senhor Deputado, provavelmente, se estaria a referir às Juntas de Turismo que, como sabia, iriam ser extintas por força da Lei. Mas o turismo, esse, continuava a ser feito, se não por essas entidades, por outras ou pela própria Câmara Municipal. Então, referiu que a Câmara Municipal fazia intenção de desenvolver o turismo no concelho, pelo que tinha de ter as verbas disponíveis e, por isso, também elas tinham sido reforçadas. Continuando, explicou pensar ser nesse sentido que a Câmara Municipal estava a trabalhar e que, naturalmente, nada tinha a ver com o facto de acabarem com as Juntas de Turismo, o que seria uma decisão do Governo. No entanto, disse que uma coisa era certa, eram as Juntas de Turismo, que por decreto, passavam a ser integradas nas grandes zonas de turismo do País, acrescentando que a da Curia iria integrar a da zona centro, passando, dessa forma, a ser gerida de acordo com o que vier a ser definido. Para terminar, informou que, independentemente dessa situação, a Câmara iria continuar a trabalhar no desenvolvimento turístico do seu Município, sendo para isso que tinha o dinheiro inscrito, para dar corpo a esse tipo de desenvolvimento. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que começou por pedir desculpa ao Senhor Presidente da Câmara pelo facto de não aceitar as suas explicações, por duas razões: a primeira, porque há duas Assembleias atrás o Senhor Presidente da Câmara tinha dito que tinha comprado terrenos em Tamengos para o campo de golfe, os quais até já constavam como património do Município. Referiu, então, que essa situação o levava a pensar duas coisas: não havia dinheiro para ajudar a Banda de Música de Anadia mas havia dinheiro para ajudar o campo de golfe, que não é da Câmara Municipal, mas de uma sociedade que nada tem a ver com a Câmara Municipal, acabando por pedir ao Senhor Presidente da Câmara para lhe explicar porque razão a Câmara Municipal havia de estar a comprar terrenos e não os Senhores que estão a explorar o campo de golfe. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Também para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) para falar da resposta que o Senhor Presidente da Câmara lhe tinha dado. Referiu, então, que normalmente, quando os elementos do GM do PS contestam os números dos documentos que lhes são apresentados, o Senhor Presidente da Câmara diz sempre que foram elaborados por funcionários competentes, o que disse não duvidarem, até porque acreditam no profissionalismo, na competência e na seriedade dos técnicos que elaboram os documentos. No entanto, referiu que os documentos reflectem opções do Presidente da Câmara e disse serem essas opções que os elementos do PS contestavam e não o que estava no documento, deixando claro que tinham o direito de contestar as opções do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Para responder às duas anteriores interpelações, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Começando por dar resposta ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), disse que não via a sua posição de outra forma, até porque pensava que o Senhor Deputado não poria em causa o trabalho de um técnico, ainda que errar seja humano, qualquer pessoa se possa enganar mas, a todo o tempo pode ser corrigida. Assegurou, entretanto, que estava certo de que ninguém do PS tinha posto em causa essa situação e que ele próprio também não punha. Passando a responder ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), começou por esclarecer que não tinha dito que iria comprar terrenos para o campo de golfe que já existe na Curia, mas sim, que iria comprar para um campo de golfe com nove buracos e que, no futuro, podia complementar o outro. No entanto, adiantou, que nada o impedia de fazer uma parceria com privados para a exploração do campo de golfe e que também ninguém o impedia de fazer um outro campo de golfe ao lado do existente, o que disse ser o que Câmara Municipal pretendia fazer com todos os terrenos que se encontrava a adquirir para poder fazer nove buracos e que nada tem a ver com o existente. Disse ainda que o existente está lá muito bem e a Câmara tem alguma participação "porque eles têm lá terrenos", que não sendo da Câmara Municipal, são da Junta de Turismo, que está lá associada. Continuando, referiu não ser isso que estava em causa, no momento, mas sim criar um espaço onde se possam instalar nove buracos, o que obrigará a Promogolfe a ter outra política, eventualmente a fazer uma parceria com a Câmara Municipal ou com outras pessoas e todos saem a ganhar, porque o que estava em causa para a Câmara Municipal não era o que lá ganhava no campo de golfe, era o desenvolvimento turístico, colocando todos esses restaurantes, hotéis e o concelho a andar, a circular, e a movimentar. Disse que era isso que estava em causa, pois não se compra por acaso. Prosseguiu referindo que o Senhor Deputado tinha obrigação de criar condições para que as empresas da nossa terra floresçam e se mantenham. Disse que não tinha mais nada que explicar, mas que se entenderem que há "alguma coisa aí por trás, digam, mas digam abertamente porque, que eu saiba, ainda não recebi qualquer comissão pela venda de terrenos para a Promogolfe". -----

----- Para concretizar um pedido de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal atribuiu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que voltou a dizer



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o Senhor Presidente da Câmara já tinha comprado os terrenos, mas que no documento, em turismo, estavam mais trezentos e cinquenta e três mil euros que o Senhor Presidente entretanto referiu ser para comprar terrenos para o campo de golfe. Nesse sentido, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se já tinha comprado os terrenos, e que até já constavam do património do Município, porque razão ia comprar mais terrenos e onde é que lá os ia comprar. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que respondeu, apenas, que já tinha comprado alguns terrenos mas que necessitava de comprar ainda mais à volta do campo existente. -----

----- Concluído o período de discussão no âmbito do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à sua votação, o qual foi aprovado, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, zero votos contra e três abstenções. Anunciada a votação e consequente aprovação do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por terminado, passando a apresentar o seu ponto cinco: "Apresentação, discussão e votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referente ao exercício de 2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA", após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proceder à sua introdução. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou tratar-se de um documento extremamente pequeno e sobre o qual nada tinha a dizer, ficando a aguardar pelas intervenções dos Senhores Deputados. -----

----- Para intervir sobre o ponto cinco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que referiu que pelas razões que tinham apontado no anterior ponto, de que as opções eram sempre questionáveis, declarou que o sentido de voto da bancada do PS iria ser a abstenção. -----

----- Não tendo havido lugar a qualquer outro pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de imediato, à votação do ponto cinco da ordem do dia. Decorrida a votação, anunciou que o mesmo tinha sido aprovado, por maioria, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e duas abstenções, após o que deu o ponto cinco por encerrado. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no ponto seis da ordem do dia: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia, de adesão do Município à Associação Plataforma para a Construção Sustentável, subscrevendo cinco unidades de participação, no valor total de € 2.500,00, de acordo com o estabelecido na alínea l) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA", passando, de imediato, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir o ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por informar tratar-se de uma instituição que já estava a funcionar junto da WRC, explicando que a plataforma tinha a cobertura do CentroHabitat e tinha uma actividade agregadora de muitas empresas ligadas à construção, em especial, e, portanto, era nesse sentido que o Município tinha alguma necessidade de se



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

associar já que eram diversos institutos e universidades que faziam já parte dessa plataforma, de acordo com a lista de associados anexa à proposta. Dessa forma, referiu considerar que ficaria mal à Câmara Municipal de Anadia não fazer parte de uma Associação daquela natureza, sediada no concelho de Anadia, tendo adiantado que o Município de Anadia já não era um dos associados fundadores, bastando, para tal, subscrever uma unidade de participação no valor de quinhentos euros. No entanto, lembrou que o Executivo Municipal deliberou que ficaria bem à Câmara Municipal, considerando tratar-se de uma Associação com sede no Município de Anadia, subscrever cinco unidades de participação, constantes da proposta de dois mil e quinhentos euros entretanto à apreciação dos Senhores Deputados. Continuando, informou não ser a única plataforma para a construção sustentável, existem outras, mas a que estava em discussão era aglutinadora da região centro, esperando vir a existir mais gente a associar-se a ela. -----

----- Para uma primeira intervenção sobre o ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que referiu existirem duas questões que para ele são muito importantes: primeiro, o facto de se tratar de uma associação, cuja capacidade de influência depende do número de participações adquiridas, questionado o Senhor Presidente da Câmara sobre que tipo de influência esperava ter com cinco participações nessa matéria. Em segundo lugar, e de acordo com a proposta, disse ver como objectivo da Associação, uma série de coisas, nomeadamente projectos, inovação, desenvolvimento, envolvendo em rede tecido científico e tecnológico, o que lhe parecia ser muita coisa, e concretamente pediu ao Senhor Presidente da Câmara para lhe dizer o que ele e os seus técnicos esperavam obter da referida associação. -----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por explicar tratar-se de uma associação em que as actividades que vai desenvolver no âmbito da melhoria da habitação em si, dos materiais a utilizar, tudo passa por uma instituição que estuda em profundidade todas as alterações da habitação do futuro, sendo que, no futuro, por certo, será pedida a certificação necessária da habitação, da instalação em si, de tudo o que é construção civil, por entidades que estejam devidamente organizadas e representadas. Nesses termos, disse pensar que essa associação, que congrega universidades e institutos, são os estudiosos e são aqueles que irão proceder a muita documentação que venha melhorar, eventualmente, a legislação, o aperfeiçoamento dos produtos conseguidos, tal como acontece na área do vidro e na área da cerâmica, em que estão associados, precisamente porque vão ali beber conhecimentos importantes para a sua elaboração. Para concluir, referiu que a Câmara de Anadia não poderia deixar de se associar a uma empresa sediada no concelho e que pode ter um papel importante no disciplinar da legislação ligada aos futuros métodos de construção e a tudo o que está relacionado com a construção. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que, para terminar, referiu estar ainda mais confuso mas iria esperar para ver. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Concluído o período de discussão do ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à sua votação, tendo, no final da mesma, anunciado que o ponto tinha sido aprovado, por maioria, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e três abstenções. Dando o mesmo por encerrado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto sete da ordem do dia: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia de reconhecimento do interesse para colmatar correctamente o tecido do aglomerado urbano existente, nos termos do n.º 3, do art.º 6.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Anadia, em nome de Raul Abrantes Lincho", após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a sua introdução. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou tratar-se de um tipo de pedido que tem por base uma disposição do PDM, pelo que, reunidas as condições exigidas por lei, naturalmente com toda a adequada informação técnica, considera que a Câmara não tem nada a opor, na medida em que ao cidadão lhe é facultada essa possibilidade. Estando o pedido devidamente instruído, não ofereceu qualquer dúvida ao Executivo Municipal, mas cabia à Assembleia Municipal ratificar a decisão do Executivo, pelo que aguardava a votação. -----

----- Para intervir sobre a matéria em discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que referiu que o pedido tinha um parecer que considerava como condição *sine qua non* para a sua aprovação que fosse respeitada uma série de quesitos e, uma vez que a Câmara considerava que todos estes quesitos eram respeitados, o GM do PS não via qualquer razão para não votar a favor. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que explicou que os quesitos só seriam necessário cumprir aquando da apresentação do projecto com vista ao licenciamento da obra e que, no fundo, a deliberação da Assembleia seria no sentido de reconhecer o interesse da pretensão para colmatar o tecido urbano, por se tratar de um terreno localizado em zona de equipamentos colectivos. -----

----- Prestada a explicação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação do ponto sete da ordem do dia, o qual foi aprovado, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, após o que deu o mesmo por concluído. -----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha sido apresentada à Mesa uma proposta do GM do PSD, para aprovação em minuta, dos pontos dois a sete da ordem do dia, tendo passado de imediato à sua votação. Decorrida a votação, anunciou que a proposta tinha sido aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor. -----

----- Encerrado o período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no período de intervenção do público, nos termos do artigo 36.º do RAMA, informando o Plenário de que tinham dado entrada na Mesa quatro inscrições de cidadãos para intervir neste período. -----

----- Para uma primeira intervenção, e cumprindo a ordem de entrada dos pedidos na Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao cidadão João Tiago Castelo Branco de Azevedo, cuja intervenção se tenta transcrever na íntegra: "*Muito boa tarde. São*



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dois pontos. Um é relativamente ao turismo na Curia e à situação dos passeios da Avenida Nova, ou da falta deles, que muito incomodam não só os habitantes mas os milhares de visitantes que procuram na Curia, um sítio para relaxarem e descansarem nas tardes de verão, e não só, e que poderiam ver ali uma mais-valia para o turismo em Anadia. Uns passeios tanto para passear, a pé, naturalmente, mas com uma via de ciclismo, também. Como o Senhor Presidente da Câmara disse, existe um pólo muito importante lá, onde estão instaladas, onde está instalada a WRC. Numa outra extremidade das Avenidas, existem pensões, hotéis, parques, que não são públicos, por isso a inexistência de passeios na Curia, nomeadamente a Avenida dos Plátanos que impossibilita qualquer pessoa de passear lá, como todos já tivemos ocasião, de certeza, de passar por esse episódio. Portanto, a questão que eu ponho é muito simples: aquelas avenidas vão-se manter assim? Não se pode construir ali, independentemente de existirem as vivendas, ou independentemente da situação futura da construção lá, não pode existir ali passeios e uma via de ciclo turismo? Esse é o primeiro ponto que eu queria pôr aqui à Assembleia e ao Senhor Presidente, particularmente. O outro é sobre a possibilidade, está em vias de criação uma associação de moradores da Póvoa do Pereiro. Eu gostaria de saber qual é o apoio que podíamos ter do Município no que diz respeito ao local onde a sede possa existir ou até à existência da sede ou não. Essa é outra questão que eu gostaria de pôr. Muito obrigado". -----

----- Para responder à primeira intervenção do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre o turismo da Curia presentemente, e como era evidente, disse que existia uma certa indefinição, dado que a Câmara Municipal não sabia qual era o desenvolvimento que o Governo preconizava para áreas como a Curia. No entanto, referiu que a Câmara estará atenta para que quaisquer verbas que viessem a ser disponibilizadas não fossem desperdiçadas. Quanto aos passeios da Curia, informou que também esses poderiam ser inseridos num programa semelhante porque, se assim não for, não se poderia querer fazer grandes intervenções, até porque aquelas avenidas se situam em área abrangida por plano de pormenor em vigor, explicando que os planos de pormenor não podiam ser alterados de qualquer maneira. Referiu, também, que lá existiam duas faixas, estacionamento e passeios à largura, alertando para o facto de que uma via para ciclistas não poderia ser feita à custa, nem dos passeios da avenida da Curia, nem do estacionamento, por se tratar de um plano de pormenor que teria necessariamente de ser alterado, adiantando, ainda, que só depois de concluído o processo de revisão do PDM a Câmara Municipal poderia dar respostas concretas. Relativamente à associação de moradores da Póvoa do Pereiro, explicou não ser a Câmara Municipal quem estimula a sua criação, mas adiantou que estaria receptiva, uma vez criada, a dar-lhe um tratamento igual a todas as associações de moradores instaladas no concelho, apoiando, por certo, essa associação, em particular, que o cidadão informou que iria ser criada. Para concluir, deu força ao cidadão para concretizar esse intento, garantindo, ainda, que a Câmara Municipal estaria disponível para, dentro daquilo que fosse legítimo e possível, lhes dar o seu apoio e a sua ajuda. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Cumprindo a segunda inscrição, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao cidadão André Filipe Martins Ferreira de Oliveira, que fez a seguinte intervenção, que se tenta transcrever na íntegra: *“Uma boa tarde para todos. Venho na qualidade de coordenador concelhio da Juventude Socialista de Anadia apresentar uma proposta a esta casa para a criação de um conselho municipal da juventude. No dia vinte e cinco de Abril, o Senhor Presidente da República apresentou um discurso na Assembleia da República, que apontava cada vez mais a um maior alheamento dos jovens perante a vida política activa e falamos da política no verdadeiro sentido do termo, no sentido etimológico, no sentido de Governo da Polis. E, de facto, verifica-se um alheamento progressivo dos jovens, alheamento esse que é voluntário e alheamento a que ninguém pode passar impune. Isto passa por diversos factores. Passa pelos jovens em si, e porque é inegável, a crítica tem razão de ser, mas passa, também, pela estrutura existente. E, de facto, as estruturas que existem neste momento não são compatíveis com os desafios que se colocam. Se há vinte e cinco anos, há trinta anos, os sociólogos apontavam que cada geração tem um curto espaço, e curto naquela altura eram vinte e cinco anos, neste momento, cinco em cinco anos, em termos sociológicos, renova-se uma geração. As estruturas que temos, são as estruturas que temos já desde o vinte e cinco de Abril, são as estruturas com trinta e cinco anos, são estruturas pesadas, são estruturas aqui-usadas, são estruturas que não conseguem dar resposta cabal aos anseios de agora. Verificamos, quer neste concelho, quer nos restantes, índices de abstenção cada vez maiores entre os jovens, índices de alheamento completo, questões como aquelas que foram colocadas no estudo, saber quem forma a maioria na Assembleia da República, qual foi o primeiro Presidente da República eleito depois do vinte e cinco de Abril, não encontraram resposta. Ou pior que isso, encontraram respostas pelo Afonso Henriques, o que, só por si, diz bem da situação actual. Face a essa situação, há a necessidade de criar um órgão, órgão esse que seja capaz de integrar, quer as necessidades do poder local, quer as necessidades dos jovens. E é mesmo nesse sentido que estamos aqui, como estrutura representativa, para propor a criação do conselho municipal da juventude. Este órgão seria composto por representantes quer da Autarquia, quer das chamadas, no jargão político, forças vivas, integrando diversas associações de estudantes, integrando associações que tenham por fim visar a defesa dos interesses das pessoas menores de trinta anos, as estruturas partidárias, pessoas de reconhecido valor em termos sociais, e este concelho tem muito, e muitas vezes não se dá o devido valor a essas pessoas, a essas associações. Esta composição, suficientemente mesclada, permitiria conseguir fazer um contraponto entre as necessidades do jovens, que muitas vezes são necessidades avant la lettre, muitas vezes acabam por tentar conseguir mais do que aquilo que podem, mas também de pessoas que estão, não digo desajustadas das necessidades, mas que funcionam e estão habituados a um determinado modo de funcionamento que nem sempre consegue ser o melhor. Por força disto, e por força deste tema de checks and balances, o conselho municipal da juventude seria uma boa resposta. Este órgão teria três tipos de funções: uma função consultiva, uma função fiscalizadora e uma função promotora. Começo pelo final, a função*



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

promotora teria a ver com a dinamização das próprias estruturas associativas jovens deste concelho, e existem várias; a função promotora, por si, permitiria, também, não apenas dar a conhecer ao concelho o que se faz no concelho, mas permitiria muitas vezes em associações com outros Municípios, e existem conselhos municipais de juventude neste País, relembro Estremoz, relembro Valongo, relembro, por exemplo, Matosinhos, e são pujantes, com um bom trabalho, permitiriam uma dinamização da própria sociedade local. Na função consultiva, a este conselho municipal da juventude seria reservada uma função de acompanhamento de alguns dos mecanismos formais da Câmara, orçamentos municipais, planos anuais de actividade, planos municipais de urbanização, as próprias propostas de regulamentos municipais em tudo o que dissesse respeito aos interesses dos jovens. E estamos a falar de jovens, estamos a falar de um grupo etário até aos trinta, até aos trinta e cinco anos, é de difícil restrição, é de difícil definição. E também uma função fiscalizadora, seria reservado a este órgão o acompanhamento das próprias propostas quer da Câmara Municipal de Anadia, quer da Assembleia Municipal de Anadia. E todo este sistema de conselho municipal de juventude, Câmara Municipal, na função executiva, e Assembleia Municipal, permitiria, na nossa opinião, um resultado plenamente cabal. Primeiro, porque permite ao próprio poder local conseguir perceber e conseguir trabalhar melhor com os jovens e para os jovens, ter uma política vocacionada para a juventude, verdadeiramente eficaz, mas também permitiria aos jovens um crescente interesse pela vida política, e estamos a falar da vida política, não estamos a falar da vida partidária, permitiria que, como diz o Adágio, lançar as sementes de amanhã porque, quer dizer, estas são as pessoas que, a breve, curto ou médio prazo terão nas suas mãos a definição do futuro e é de todo o interesse, primeiro, que sejam pessoas interessadas e, depois, que sejam pessoas preparadas. E a preparação não se adquire apenas na escola, que existe para ensinar mas não existe para formar cidadãos, que não os forma, e isso é verdadeiro, mas todo este sistema permitiria, na nossa opinião, que este Município também se afirmasse perante Municípios contíguos. Estamos a falar na região da Bairrada, penso que seria um ótimo passo para o concelho de Anadia conseguir afirmar-se de um forma cabal e de uma forma original. Espero que haja abertura desta Assembleia Municipal. Espero que haja abertura da Câmara Municipal de Anadia. Foi apresentado o projecto na Mesa, foi apresentado o projecto à Vereação. Fui informado que será necessário apresentar um projecto por escrito ou um requerimento por escrito para que seja distribuído por todos os Senhores Deputados. O mesmo será dado entrada já amanhã e espero que, no mais curto espaço de tempo possível, de preferência na próxima reunião, se possa debater sobre esta questão e felizmente, ou na minha opinião, proceder à criação do conselho municipal de juventude. Obrigado". -----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que deixou um alerta, não deixando, naturalmente, de referir que tudo o que fosse inovação era bem visto, mas que seria a Assembleia Municipal quem se teria de pronunciar sobre o assunto e não a Câmara Municipal. Ainda que não visse uma intromissão clara nos órgãos eleitos, disse considerar que essa possibilidade carecia de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enquadramento legal e de aceitação por parte da Assembleia Municipal, sendo que a Câmara Municipal estaria pronta a receber da Assembleia Municipal o que ela determinasse, porquanto se tratava de um assunto que nem sequer tinha de ser colocado à Câmara Municipal, teria necessariamente de ser colocado à Assembleia Municipal. Continuando, referiu que a ocupação de lugares e a criação de tudo o que estava a ser proposto, implicava um processo complexo, porque em democracia, não se podia criar assim um conselho no papel, era necessário ter os pés bem assentes no chão. Adiantando não ser contra esse tipo de situações, não deixou de alertar para o facto de que se tornar imperativo que esteja consagrado na Constituição, porque outros também poderiam surgir e, para tal, competia a quem de direito, à Assembleia Municipal, depois do cidadão entregar o requerimento de que tinha falado, pronunciar-se, após o que, se a Câmara Municipal também fosse convidada a fazer uma análise da questão, procederia em conformidade, com toda a isenção, com a sua forma transparente de tomar decisões. Não deixou também de chamar a atenção para o facto de se tratar de um projecto que não seria fácil de implantar, mas se a lei o definisse claramente, não veria inconveniente. -----

----- No seguimento da questão atrás referida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário que a Assembleia da República já tinha aprovado matéria que obrigará, à *posteriori*, nesta fase subsequente, os vários Municípios a criar os Conselhos Municipais de Juventude, e que havia um enquadramento legal para isso, apesar de julgar ainda não estar publicado em Diário da República. Portanto, referiu que, a seu tempo, as Câmaras Municipais teriam a obrigação legal que o Senhor Presidente da Câmara tinha falado que competia à Assembleia Municipal, mas sob proposta da Câmara Municipal, pelo que teria sempre de ser sob desta e não de outra qualquer forma. A proposta apresentada pelo Município tinha o valor que tinha, mas que, como o Senhor Presidente da Câmara tinha referido, a mesma teria de ser analisada, se fosse o caso e se o Executivo assim entendesse, no órgão próprio, a Câmara Municipal. No entanto, disse que tinha ficado, em qualquer dos casos, o registo de interesse de um cidadão, que estava a representar uma juventude partidária, que obviamente a Assembleia Municipal, que ouve e recebe todos os cidadãos, não tinha feito mais do que a sua obrigação. -----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu nota de que os outros dois cidadãos tinham prescindido de intervir e, como não havia mais pedidos de intervenção do público, deu por encerrado o período de intervenção do público. -----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, quando eram cerca de dezanove horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente -



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -

